

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD

Estudo Técnico Preliminar 56/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08200.014103/2025-79

2. Descrição da necessidade

As Unidades Centrais da Polícia Federal (UPAG: 065) disponibilizam vagas de estágios para aprimoramento profissional de alunos graduandos em tarefas correlatas aos seus estudos e prática administrativa da polícia administrativa e judiciária. O objetivo principal é proporcionar aos alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação superior, vinculados à estrutura do ensino público e privado do País, uma experiência prática na linha de formação profissional, propiciando uma complementação de ensino e aprendizagem para constituição em instrumento de iniciação ao trabalho, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano, por meio de estágio nas áreas de formação relacionadas diretamente com as atividades, programas, planos e projetos desenvolvidos pela Polícia Federal. Diante a reestruturação no organograma da Polícia Federal com a criação de novas unidades, inclusive neste Órgão Central, a contratação de estagiários é imprescindível para auxiliar no desenvolvimento das atividades.

O contratação pretendida, agente de integração, é serviço especializado em selecionar o estudante adequado, capacitado e com potencial para ser desenvolvido nas atividades da Administração. O agente de integração, ainda, auxilia a área responsável pela gestão de estágios. Cumpre destacar que a gestão interna será de responsabilidade desta Coordenação de Administração de Pessoas, a qual irá realizar o gerenciamento do estágio, como: controle e monitoramento do quadro de vagas de bolsas, realizar os atos de cadastramento junto ao Sistema SIGEP, seja na inclusão, seja na exclusão e outras providências que demandam tempo e mão-de-obra qualificada.

Nesses termos, a nova contratação de agentes de integração se apresenta de permanente necessidade para esta Administração, bem como para o completo desenvolvimento profissional dos graduandos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CAP/CGGP/DGP/PF	VLADIA MARIA BARROS LEAL BRITO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa de agenciamento e integração de estagiários que por meio de sistema informatizado permita o acompanhamento, monitoramento dos serviços, bem como solicitações por parte da CAP/CGGP/DGP/PF, unidade responsável pelo gerenciamento de estagiários no âmbito do Órgão Central.

Existem hoje 205 vagas de estagiários disponíveis para atender este Órgão Central (UPAG: 065). A contratação deverá abarcar o serviço de recrutamento e seleção de estagiários de nível superior no âmbito das instituições públicas e privadas de ensino, devidamente registradas no Ministério da Educação.

Nesse sentido esta Coordenação de Administração de Pessoas - CAP, por meio da presente contratação, tem por objetivo propiciar oportunidades de acesso ao programa de estágio disponíveis nesta unidade, para estudantes de nível superior, dando efetividade à política pública de inserção social, estabelecida pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, em seu primeiro artigo, a saber:

Art. 1º (...) § 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

O Programa de Estágio imbuído neste papel social objetiva a contratação de ente do mercado nacional que coadune com esta política pública de cunho gregário e de interesse relevante para a Administração Federal, conforme assim dispõe o art. 5º, da Lei nº 11.788 de 25 de setembro de 2008, in verbis:

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio podem, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

§ 2º (...)

§ 3º Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

Em complemento, a Orientação Normativa/SEGRT nº 2, de 24 de junho de 2016, reforça sobre a importância de contratação de Agente Integrador para atuar como elo de interseção. A referida Norma estabeleceu os seguintes aspectos a serem observados:

Art. 9º - Os órgãos e entidades poderão oferecer estágio, observadas as seguintes obrigações:

(...) II - ofertar instalações que tenham condições adequadas de propiciar ao estagiário o desenvolvimento de atividades de aprendizagem social e profissional;

(...) Art. 11 - Os órgãos ou entidades podem recorrer aos serviços de agentes de integração públicos ou privados para atuarem como auxiliares no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação.

Parágrafo único - Para fins desta Orientação Normativa os agentes de integração públicos ou privados são entidades que fazem a interlocução entre a instituição de ensino, o estagiário e o órgão ou entidade integrante, inserindo estudantes no ambiente do mercado de trabalho, colaborando para o desenvolvimento de habilidades, modalidades de atuação e formação profissional desses estudantes.

(...) **Art. 20 - Para a execução do disposto nesta Orientação Normativa, caberá às unidades de recursos humanos:**

I - articular as oportunidades de estágio em conjunto com as instituições de ensino ou agentes de integração; (Negritos nossos)

A contratação de uma empresa para assumir este papel se justifica na medida em que a Coordenação de Administração de Pessoas - CAP não possui estrutura, com servidores do quadro disponíveis para atuar, com o necessário conhecimento e a competência exigidos pelos dispositivos legais vigentes, para formalizar e acompanhar a realização desta importante política pública de estágios supervisionados.

Assim, considerando a relevância da presente demanda, bem como as limitações da Administração, esta CAP, em consonância com o estabelecido na legislação acima transcrita, carece de parceria com entidade especializada para atuar na condução dos procedimentos necessários à viabilização da concessão e no acompanhamento dos estágios supervisionados. Resta claro que a contratação de estagiário, destinatário desta política de natureza socializadora, vem complementar sua formação acadêmica e agregar valor em suas competências, por meio da aquisição de experiência no mercado de trabalho.

A condução dessa política pública, por meio de uma atuação tripartite, entre este Órgão como parte concedente, a instituição de ensino e o agente integrador, é o que assegura que o objetivo primordial seja alcançado, isto é, que se cumpram as diretrizes estabelecidas na legislação de regência, pela busca de um adequado amparo ao estudante, propiciando a este “aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho” (§ 2º, Art. 1º Lei nº 11.788/2008)."

Dessa forma torna-se impreterível a contratação do agente de integração.

5. Levantamento de Mercado

LEVANTAMENTO DE MERCADO

O presente levantamento de mercado tem por finalidade identificar soluções disponíveis no setor público que possam atender à necessidade administrativa de intermediação e gestão de estagiários, conforme previsto na Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio).

5.1. Soluções Adotadas por Órgãos Públicos

a) Contratação de Agente de Integração via Licitação

Diversos órgãos públicos têm optado pela contratação de agentes de integração por meio de processos licitatórios, com base no art. 5º da Lei nº 11.788 /2008, que autoriza a utilização de agentes públicos ou privados, desde que observadas as normas gerais de licitação.

b) Convênios com Instituições de Ensino

Algumas instituições públicas, como universidades federais, têm adotado a formalização de convênios com agentes de integração ou diretamente com instituições de ensino para viabilizar programas de estágio.

5.2. Avaliação das Soluções

Solução	Vantagens	Desvantagens
Contratação via licitação	Conformidade legal, suporte completo, desoneração da equipe interna	Processo licitatório pode ser demorado e burocrático
Convênio com instituições de ensino	Redução de custos, parceria institucional	Limitações operacionais, menor abrangência de candidatos

5.3. Conclusão

A análise de mercado no setor público demonstra que a contratação de agente de integração por meio de licitação é a solução mais amplamente adotada e eficaz para atender à necessidade administrativa de gestão de estagiários. Alternativamente, convênios com instituições de ensino podem ser considerados, desde que haja estrutura interna para gerenciar os processos complementares.

6. Descrição da solução como um todo

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Aprimorar a capacidade de produção e qualificação dos seus materiais com a utilização de insumos considerados adequados, visando uma melhor capacidade técnica na produção e entrega mais abrangente englobando outros departamentos.

A empresa de agenciamento deverá atender os seguintes parâmetros na contratação:

I – identificar oportunidades de estágio;

II – ajustar suas condições de realização;

III – fazer o acompanhamento administrativo;

IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;

V – cadastrar os estudantes.

Para o atendimento dos requisitos acima a empresa deverá possuir sistema informatizado com cadastro de estudantes atualizados para que possa realizar a intermediação do aluno com esta Coordenação.

As empresas especializadas como agente de integração reúnem conhecimento e experiência do conjunto de estagiários de diversas instituições de ensino. Isto implica efetividade e celeridade na escolha do perfil apropriado para a devida colocação dos estagiários nas diversas unidades centrais da Polícia Federal.

Como benefícios indiretos destacam-se a agilidade do trâmite do processo social, além da redução de custos, visto que tal modalidade de licitação permite uma ampla disputa de preços dada a amplitude de publicidade e, consequentemente, oportunidade e transparência aos atos administrativos.

Assim, temos como a melhor solução para contratação dos serviços continuados acima, a escolha de agência especializada em integração de estágio, para operacionalizar oferta de vagas de estágio, mediante a seleção de alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de nível superior, devidamente regulamentado pela legislação vigente, para atender às necessidades das unidades centrais da Polícia Federal.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Considerando os limites legais estabelecidos na Instrução Normativa nº 213/2019-SGP/SED/ME, acerca da aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, *in verbis*:

Art. 7º O quantitativo de estagiários nos órgãos e entidades corresponderá, no máximo, a 8% (oito) da sua força de trabalho, observada a dotação orçamentária.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se força de trabalho do órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o quantitativo de cargos efetivos, cargos comissionados, funções de confiança, e os empregados públicos da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994.

§ 2º – Sobre o número efetivo de estagiários contratados pelo órgão ou entidade, aplicam-se os seguintes percentuais:

I – 10% das vagas de estágio reservadas aos estudantes cuja deficiência seja compatível com o estágio a ser realizado, nos termos do § 5º do art. 17 da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008; e

II – 30% das vagas de estágio reservadas aos estudantes negros, nos termos do Decreto nº 9.427, de 28 de junho de 2018.

§ 3º A distribuição das vagas de que trata o caput entre os estagiários de nível superior nas modalidades graduação e pós graduação, ensino médio e de educação profissional, ficará a critério do órgão ou entidade, observada a sua disponibilidade orçamentária.

§ 4º Na hipótese de o órgão ou a entidade contar com unidades regionais em sua estrutura organizacional, os quantitativos previstos no caput serão aplicados a cada uma delas.

§ 5º Quando o cálculo do percentual total disposto no caput resultar em fração, poderá ser arredondado para o número inteiro imediatamente superior.

§ 6º O limite estabelecido no caput aplica-se apenas ao estágio não obrigatório.

§ 7º – Os órgãos e entidades poderão autorizar a contratação de estagiários de nível superior e de nível médio profissionalizante acima do limite previsto no caput, observado o disposto no § 4º do art. 17 da Lei nº 11.788, de 2008, e a competência de que trata o art. 13 do Decreto-Lei nº 200, de 1967, com base na razoabilidade, no interesse público e observada a dotação orçamentária.

Considerando, ainda, que se trata de contratação continuada, fica a unidade de medida estabelecida como "nº de vaga". Assim sendo, tem-se que para as unidades centrais da Polícia Federal um total de **205 (duzentos e cinco)** vagas para estágio de nível superior, autorizadas pela Central SIPEC (Id do chamado: #861402), que aumentou o número vagas de estágio acima do percentual de 8% da Força de Trabalho, passando agora a poder contratar o correspondente a 10% da Força de Trabalho e atendendo os requisitos do artigo acima.

Essas vagas serão alocadas nas unidades do Órgão Central (UPAG: 065).

Os cursos e áreas serão determinados pelas unidades centrais visando à atender sempre à necessidade dos serviços, respeitados os ditames legais que regem a matéria, bem como a adequação entre a atividade a ser desenvolvida e curso do estagiário.

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade
01	Serviço de agenciamento e intermediação de estagiários	Unidade	205

A quantidade de bolsa de estágio acima não significa que haverá efetivação das 205 vagas. Serão preenchidas de acordo com a demanda e à critério da Administração.

Somente serão desembolsadas as taxas de agenciamento relativas às vagas de estágios efetivamente utilizadas no mês de referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 31.709,40

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 07 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Nos termos do art. 5º da referida norma, foram utilizados os parâmetros previstos nos incisos I e II, com prioridade para os sistemas oficiais de governo:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

A pesquisa foi realizada por meio do Sistema de Pesquisa de Preços do Governo Federal (<https://pesqpreco.estaleiro.serpro.gov.br/pesquisa-precos-frontend/pesquisa>), com o objetivo de identificar os valores praticados no setor público para contratação de serviço de agente de integração para gerenciamento de estágio, conforme recomendado pela IN nº 65/2021:

RASCUNHO

Relatório de pesquisa de preço

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Status	Editado por
71/2025	200334	Rascunho	LUCIENE CAMPOS FAVIEIRO
Título: Agente de integração para contratação de estagiários			
Observações:			
Total de itens cotados: 1		Valor total da pesquisa de preços: R\$ 233.074,7500	

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item		Unidade de Fornecimento	Quantidade				
15156 - Administração / Execução Projeto Educacional - Convênio / Estágio / Universitário / Monitor		BOLSA	205				
Consolidação dos preços cotados							
Menor Preço	Média	Mediana	Coefficiente de Variação: 117,0057%				
R\$ 20,0000	R\$ 3.173,4500	R\$ 1136,9500	Desvio Padrão: 3.713,1176				
			Maior Preço: R\$ 8.640,0000				
Método de cálculo adotado: Mediana							
Filtro Aplicado							
Período: 12 Meses							
Esfera: Federal							
Critério Julgamento Item: Menor Preço							
Nº	Inciso	Nome	Quantidade	Unidade	Preço unitário	Data	Compõe
1	I	CONSELHO REG. DE ARQUITERURA E URBANISMO-CE - Compras.gov.br	1	BOLSA	R\$ 2.112,0000	08/05/2025	Sim
2	I	INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA - Compras.gov.br	36	BOLSA	R\$ 106,8000	29/04/2025	Sim
3	I	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RN - Compras.gov.br	12	BOLSA	R\$ 20,0000	01/02/2025	Sim
4	I	CONSELHO REG. DE ARQUITETURA E URBANISMO - TO - Compras.gov.br	1	BOLSA	R\$ 8.000,0000	31/01/2025	Sim
5	I	DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL - Compras.gov.br	66	BOLSA	R\$ 161,9000	08/01/2025	Sim
6	I	MINISTERIO DA SAUDE - Compras.gov.br	1	BOLSA	R\$ 8.640,0000	07/11/2024	Sim

Durante a análise dos dados extraídos do sistema, observou-se que os valores apresentados como “valor unitário do item” não correspondiam ao valor por bolsa de estágio, mas sim ao valor total do contrato ou lote. Para obter os valores unitários reais, foi necessário acessar individualmente cada proposta registrada no sistema, onde foi possível verificar o valor correspondente a cada bolsa de estágio ofertada.

Essa etapa adicional foi essencial para garantir a fidedignidade dos dados utilizados na composição da estimativa de preços, assegurando que os valores considerados reflitam efetivamente o custo unitário por estagiário, conforme praticado em contratações similares por outros órgãos públicos.

As propostas consultadas seguem anexas ao processo SEI nº 08200.014103/2025-79, para fins de comprovação e transparência da metodologia adotada na pesquisa de preços.

A consulta à Pesquisa de Preços considerou contratações realizadas nos últimos 12 meses por diversos órgãos públicos para serviços de agente de integração de estagiários. Abaixo, apresenta-se a tabela comparativa com os resultados obtidos:

ÓRGÃO CONTRATANTE	EMPRESA VENCEDORA	QTDE DE BOLSAS	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
IPEA	CIDE	36	8,90	3.844,80

Ministério da Saúde	Vaggon	80	9,00	8.640,00
CAU - CE	Recrutamento Brasil	08	11,00	2.112,00
PF - RS	CVAO	66	13,49	10.685,40
CRM - RN	CIEE	12	20,00	2.880,00
CAU - TO	CVAO	05	26,66	8.000,00

Atualização dos Valores pela Inflação

Para garantir a atualidade dos valores utilizados na estimativa de preços, foi aplicado o índice de inflação oficial — IPCA acumulado dos últimos 12 meses, correspondente a **5,23%**, conforme divulgado pelo IBGE.

A tabela comparativa foi atualizada com base nesse índice, refletindo os valores corrigidos para o período atual. Essa atualização visa assegurar maior precisão na estimativa de custos e na definição do valor de referência para o futuro procedimento licitatório.

ÓRGÃO CONTRATANTE	EMPRESA VENCEDORA	QTDE DE BOLSAS	VALOR UNITÁRIO CORRIGIDO (R\$)	VALOR TOTAL CORRIGIDO (R\$)
IPEA	CIDE	36	9,37	4.045,88
Ministério da Saúde	Vaggon	80	9,47	9.091,87
CAU - CE	Recrutamento Brasil	08	11,58	2.222,46
PF - RS	CVAO	66	14,20	11.244,25
CRM - RN	CIEE	12	21,05	3.030,62
CAU - TO	CVAO	05	28,05	8.418,40

Com base na pesquisa de preços realizada e atualizada pelo IPCA acumulado dos últimos 12 meses (5,23%), foram calculadas as seguintes medidas estatísticas sobre os valores unitários praticados por diferentes órgãos públicos:

- **Média:** R\$ 15,62
- **Mediana:** R\$ 12,89
- **Valor mínimo:** R\$ 9,37
- **Valor máximo:** R\$ 28,05

Observa-se que a média foi influenciada por valores mais elevados, o que pode distorcer a percepção do valor central praticado no mercado. Já a mediana representa de forma mais fiel o comportamento típico dos preços, por não ser afetada por valores extremos.

Dessa forma, **adota-se a mediana como parâmetro de referência para a estimativa de custo unitário por bolsa de estágio**, por refletir com maior equilíbrio os valores praticados nas contratações analisadas.

Considerando a estimativa de 205 estagiários ativos, com taxa de administração mensal de R\$ 12,89 por estagiário, e vigência contratual de 24 meses, o valor estimado anual da contratação é de:

Valor (R\$): 31.709,40

Agente de Integração	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual
Taxa de Administração por estagiário ativo	Unidade	205	R\$ 12,89	R\$ 2.642,45	R\$ 31.709,40

Esse valor será utilizado como base para a definição do valor máximo aceitável na fase de planejamento da contratação, em conformidade com o art. 6º, inciso IX, da Lei nº 14.133/2021.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto da contratação deve ser considerado como regra, com o objetivo de ampliar a competitividade, promover a economicidade e evitar a concentração de mercado. No entanto, a própria legislação e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) reconhecem que o parcelamento pode ser inviável ou desvantajoso em determinadas situações, especialmente quando compromete a funcionalidade, a economicidade ou a gestão contratual do objeto.

No caso específico da **contratação de agente de integração para estagiários**, o objeto apresenta natureza indivisível, uma vez que envolve a prestação de um conjunto integrado de serviços, tais como:

- Divulgação de vagas;
- Triagem e encaminhamento de candidatos;
- Elaboração e gestão dos Termos de Compromisso de Estágio (TCE);
- Acompanhamento pedagógico e administrativo;
- Intermediação com instituições de ensino;
- Contratação de seguro contra acidentes pessoais.

A fragmentação desses serviços comprometeria a unidade funcional do objeto, dificultaria a gestão contratual, aumentaria os custos administrativos e poderia gerar sobreposição de responsabilidades, com prejuízo à eficiência e à segurança jurídica da contratação.

Além disso, a contratação de múltiplos prestadores para atividades interdependentes poderia resultar em perda de responsabilidade técnica, o que contraria os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, **não se recomenda o parcelamento do objeto**, por se tratar de uma solução técnica e operacionalmente integrada, cuja execução exige a atuação coordenada de um único agente de integração, devidamente habilitado e com capacidade para prestar todos os serviços de forma contínua e padronizada.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

A contratação de agente de integração para estagiários possui natureza autônoma, não estando diretamente vinculada a outras contratações.

A execução do contrato poderá demandar interação com áreas de gestão de pessoas, tecnologia da informação e orçamento, especialmente para fins de controle de vagas, acompanhamento de desempenho e gestão de pagamento de bolsas e benefícios.

Não há, contudo, interdependência técnica ou contratual obrigatória com outros contratos vigentes, sendo esta contratação plenamente executável de forma independente, desde que observadas as interfaces administrativas internas necessárias à sua operacionalização.

Portanto, não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está devidamente alinhada ao planejamento institucional, conforme determina o art. 11 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de planejamento das contratações públicas com base em estudos técnicos preliminares e inserção no Plano de Contratações Anual (PCA).

A demanda foi registrada no sistema **ComprasNet**, por meio do módulo Planejamento de Contratações (PGC), sob o **Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº 370/2025**, representando sua inclusão no Plano de Contratações Anual de 2025.

Essa inserção assegura a conformidade com os princípios da eficiência, planejamento e transparência, além de permitir o adequado acompanhamento e gestão da contratação ao longo do exercício. A contratação do agente de integração para estagiários está, portanto, plenamente integrada ao planejamento estratégico e operacional do órgão, atendendo às diretrizes legais e normativas vigentes.

11.2. Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS)

Embora a Polícia Federal ainda não possua Plano de Logística Sustentável (PLS) formalmente instituído, a presente contratação observa as diretrizes gerais estabelecidas pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), conforme o Caderno de Logística atualizado em abril de 2024, que orienta a elaboração e implementação dos PLS no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

O referido caderno, publicado com base na Portaria SEGES nº 8.678/2021, estabelece princípios e estratégias voltados à racionalização do consumo, à eficiência logística e à sustentabilidade nas contratações públicas, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Ainda que a contratação de agente de integração para estagiários não envolva diretamente bens ou insumos com impacto ambiental relevante, ela contribui para a eficiência administrativa, a redução de custos operacionais e a otimização de recursos humanos, alinhando-se aos objetivos gerais de sustentabilidade institucional.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a contratação de agente de integração para estagiários visa atender à necessidade institucional da Polícia Federal de promover a inserção de estudantes no ambiente organizacional, em conformidade com a Lei nº 11.788/2008, garantindo a legalidade, eficiência e a segurança jurídica do programa de estágio.

Dentre os principais benefícios esperados com a contratação, destacam-se: conformidade legal, desoneração administrativa, eficiência operacional, acompanhamento pedagógico, ampliação do acesso, segurança jurídica e mitigação de riscos e, ainda, o enfoque pela Polícia Federal em sua atividade fim.

A contratação, portanto, contribui diretamente para o fortalecimento da política de formação profissional no serviço público, ao mesmo tempo em que promove ganhos de eficiência, legalidade e qualidade na gestão de pessoas.

13. Providências a serem Adotadas

Para viabilizar a contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

1. Aprovação do ETP pela autoridade competente;
2. Elaboração do Termo de Referência, com base neste estudo;
3. Indicação e reserva da dotação orçamentária compatível;
4. Instrução do processo de contratação, com os documentos exigidos;
5. Definição da modalidade de contratação conforme a Lei nº 14.133/2021;
6. Realização do certame;
7. Designação do gestor e fiscais do contrato, para acompanhamento da execução.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A contratação de agente de integração para estagiários trata-se de serviço de natureza administrativa, sem aquisição de bens, execução de obras ou consumo significativo de recursos naturais. Dessa forma, não se identificam impactos ambientais relevantes decorrentes da execução contratual.

Contudo, em atenção ao disposto na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MP, que orienta a inclusão de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas, ressalta-se que a presente contratação observa os princípios da racionalização de recursos e da eficiência administrativa, contribuindo indiretamente para a sustentabilidade institucional.

Ainda que não envolva diretamente aspectos como consumo de energia, geração de resíduos ou uso de materiais, a contratação contribui para a redução de encargos operacionais internos, promovendo o uso mais eficiente da força de trabalho e dos recursos administrativos, em consonância com os objetivos da política de contratações sustentáveis da Administração Pública Federal.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é viável do ponto de vista técnico, legal e orçamentário.

O serviço de intermediação de estagiários está previsto na Lei nº 11.788/2008, que autoriza a atuação de agentes de integração como facilitadores da relação entre órgão público, as instituições de ensino e os estudantes.

Há oferta suficiente no mercado de empresas especializadas nesse tipo de serviço, conforme verificado em pesquisas preliminares e contratações semelhantes por outros órgãos públicos.

A demanda é recorrente, encontra-se no prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) e conta com dotação orçamentária para sua execução.

Portanto, a contratação se mostra plenamente viável e necessária para continuidade das atividades administrativas do órgão.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUCIENE CAMPOS FAVIEIRO

Equipe de apoio